

# FIGUEIREDO FILHO

## SOCIEDADE I. DE ADVOCACIA

São Paulo, 23 de janeiro de 2026

### HORAS EXTRAS DE FOLGA SEMANAL ISENÇÃO DE IMPOSTO DE RENDA

#### Sumário

CONVIVÊNCIA COM A SÚMULA 463 DO STJ .....	3
E NO CASO DE PAGAMENTO DE BANCO DE HORAS?.....	4
O FATO GERADOR DO IMPOSTO DE RENDA.....	<b>Erro! Indicador não definido.</b>

A Instrução Normativa RFB nº 2.299, de 17 de dezembro de 2025, a qual, ao tratar do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física, introduziu relevante disposição no art. 62, § 10, inciso I, disciplinando a não incidência do imposto de renda sobre valores pagos em compensação das folgas não gozadas.

“Art. 62 – (...)

§ 10. Não incide imposto sobre a renda sobre:

I - o valor pago em compensação ou substituição a direito não gozado, como aquele pago em decorrência de folgas não gozadas (Parecer SEI nº 415/2024/MF);

No âmbito dos procedimentos internos da empresa, especificamente quanto aos controles de jornada e à folha de pagamento, observa-se que, quando colaboradores laboram em feriados ou fins de semana, as horas correspondentes são quitadas como Horas Extras com adicional de 100% ou lançadas em Banco de Horas com adicional de 100%, conforme previsão em Convenção Coletiva ou Acordo Coletivo de Trabalho aplicável.

A alteração implementada legaliza a isenção de Imposto de Renda sobre valores pagos em virtude do trabalho nas folgas não gozadas, reconhecendo sua natureza indenizatória.

Página 1 de 5

\* O presente documento é um meio de comunicação escrito realizado entre advogado/cliente (art. 7º, inciso II, da Lei nº 8.906/94). É inviolável e pode conter dados confidenciais ou privilegiados, por isto seu conteúdo é restrito ao destinatário, sendo que sua violação sujeita o infrator as penas criminais e responsabilidade civil pelos danos causados.

# FIGUEIREDO FILHO

## SOCIEDADE I. DE ADVOCACIA

Perceba que não trata das horas extras dos dias contratuais de trabalho. Aplicável unicamente pelo trabalho nas folgas semanais

Exemplo:

- 1) Empregado que trabalha de segunda a sexta-feira, tendo sábado e domingo como folga semanal.

Caso seja convocado para trabalhar no sábado, o pagamento ocorrerá com adicional mínimo de 100%.

Nessa hipótese, o valor pago corresponde à indenização pela supressão da folga, possuindo natureza indenizatória, razão pela qual não deve haver incidência de imposto de renda, à luz do art. 62, § 10, I, da IN RFB nº 2.299/2025.

- 2) Empregado que trabalha de segunda a sábado, domingo como folga semanal.

Caso haja prorrogação da jornada no sábado, além das 4 horas originalmente previstas, o pagamento será realizado com adicional mínimo de 50%. Neste caso, trata-se de hora extra em dia contratual de trabalho, com natureza remuneratória, sobre a qual incide imposto de renda.

A distinção central, portanto, repousa sobre a existência ou não de direito à folga e sua consequente supressão, o que afasta a ideia de acréscimo patrimonial.

A principal distinção para fins de tributação de Imposto de Renda é a natureza jurídica da verba paga:

Natureza Jurídica	Descrição	Tributação de IR
-------------------	-----------	------------------

Página 2 de 5

\* O presente documento é um meio de comunicação escrito realizado entre advogado/cliente (art. 7º, inciso II, da Lei nº 8.906/94). É inviolável e pode conter dados confidenciais ou privilegiados, por isto seu conteúdo é restrito ao destinatário, sendo que sua violação sujeita o infrator as penas criminais e responsabilidade civil pelos danos causados.

# FIGUEIREDO FILHO

## SOCIEDADE I. DE ADVOCACIA

Remuneratória	Pagamento por serviço prestado, acréscimo patrimonial	Incide IR
Indenizatória	Reparação por um direito não usufruído, sem acréscimo patrimonial	Não Incide IR

Note, até, que o texto é um pouco mais amplo, informando que a isenção envolve “compensação ou substituição a direito não gozado”, de modo que há como se sustentar (apesar de não dispor) que acompanha a previsão da CLT que informa que o intervalo de refeição tem cunho indenizatório. De forma mais “agressiva”, haveria como sustentar sobre o intervalo entre as jornadas previsto no Art. 66 da CLT, quando descumprido. Porém, haveria margem de risco.

“Art. 71 – (...)

(...) ”

§ 4o A não concessão ou a concessão parcial do intervalo intrajornada mínimo, para repouso e alimentação, a empregados urbanos e rurais, implica o pagamento, de natureza indenizatória, apenas do período suprimido, com acréscimo de 50% (cinquenta por cento) sobre o valor da remuneração da hora normal de trabalho.” (CLT)

### CONVIVÊNCIA COM A SÚMULA 463 DO STJ

A Súmula 463 do STJ abre a aplicação do imposto de renda para todas as horas extras.

Assim dispõe:

Súmula 463 STJ

Incide imposto de renda sobre os valores percebidos a título de indenização por horas extraordinárias trabalhadas, ainda que decorrentes de acordo coletivo.

Página 3 de 5

\* O presente documento é um meio de comunicação escrito realizado entre advogado/cliente (art. 7º, inciso II, da Lei nº 8.906/94). É inviolável e pode conter dados confidenciais ou privilegiados, por isto seu conteúdo é restrito ao destinatário, sendo que sua violação sujeita o infrator as penas criminais e responsabilidade civil pelos danos causados.



# FIGUEIREDO FILHO

## SOCIEDADE I. DE ADVOCACIA

Até o presente momento, não houve alteração formal do entendimento do STJ em razão da edição da Instrução Normativa. Todavia, a própria Receita Federal do Brasil, ao editar a IN nº 2.299/2025 e ao remeter expressamente ao Parecer SEI nº 415/2024/MF, sinalizou que não promoverá a cobrança do imposto de renda nas hipóteses específicas de pagamento indenizatório por folgas não gozadas.

De todo modo, a Receita Federal do Brasil já indicou que não executará a cobrança no caso acima detalhado.

Note que há menção ao Parecer SEI 415/2024/MF o qual já dispunha de forma pacificada pela Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais (TNU) a partir do seguinte precedente:

TRIBUTÁRIO. INTERPRETAÇÃO DO CONCEITO DE RENDA OU ACRÉSCIMO PATRIMONIAL. **NÃO INCIDÊNCIA DE IMPOSTO DE RENDA SOBRE AS FOLGAS DO EMPREGADO TRABALHADAS E INDENIZADAS. COMPENSAÇÃO OU REPARAÇÃO E NÃO ACRÉSCIMO DE RENDA NOVA. INCIDENTE PROVIDO.** Tese firmada: **Não incide imposto de renda sobre as folgas do empregado trabalhadas e indenizadas.** PEDILEF 5028005-67.2016.4.04.7200/SC

### E NO CASO DE PAGAMENTO DE BANCO DE HORAS?

A Instrução Normativa não trata expressamente da incidência do Imposto de Renda no caso de pagamento de banco de horas.

Porém, se a empregadora possuir um sistema que possa fielmente demonstrar quais horas são decorrentes das folgas trabalhadas e quais são decorrentes dos dias dispostos em contrato de trabalho, torna-se defensável que aquele grupo de horas não compensadas (e exclusivamente da folga semanal) sejam isentas de imposto de renda.

### ● **Notas importantes:**

Página 4 de 5

\* O presente documento é um meio de comunicação escrito realizado entre advogado/cliente (art. 7º, inciso II, da Lei nº 8.906/94). É inviolável e pode conter dados confidenciais ou privilegiados, por isto seu conteúdo é restrito ao destinatário, sendo que sua violação sujeita o infrator as penas criminais e responsabilidade civil pelos danos causados.

# FIGUEIREDO FILHO

## SOCIEDADE I. DE ADVOCACIA

- I. Caso algum dado informado neste documento não corresponda à realidade ou possua alguma incorreção, solicitamos que não aplique as posições aqui manifestadas e nos informem com os fatos concretos.
- II. Informamos que o presente Parecer foi realizado segundo nossa interpretação a respeito do tema, bem como aplicável exclusivamente na presente data, de
- III. A empresa poderá se deparar com interpretações/entendimentos divergentes, ou ainda mudança de posicionamento em datas futuras em virtude de oscilação de posicionamentos Jurisprudenciais ou Normas Legais, e ainda, disposições que alterem seu conteúdo por força de Norma Coletiva de Trabalho (Lei nº 13.467/2017).

Ao que nos cumpria, firmamo-nos.

Sem mais,

Atenciosamente,

**FIGUEIREDO FILHO**  
**SOCIEDADE I. DE ADVOCACIA**  
**[www.figueiredofilho.com.br](http://www.figueiredofilho.com.br)**